

# MARROCOS/SAARA OCIDENTAL

## REINO DE MARROCOS

Chefe de Estado:	<b>Rei Mohamed VI</b>
Chefe de Governo:	<b>Abdelilah Benkirane</b> (substituiu Abbas El Fassi em novembro)
Penal de morte:	<b>abolicionista na prática</b>
População:	<b>32,3 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>72,2 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>37,5 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>56,1 por cento</b>

**As forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes. Os críticos da monarquia e das instituições estatais continuaram a ser julgados e presos, tal como os defensores saarauís da autodeterminação do Saara Ocidental. Continuaram os casos de tortura e outras formas de maus-tratos contra detidos. Vários prisioneiros de consciência e uma vítima de detenção arbitrária foram libertados ao abrigo de perdões reais, mas não foram retiradas as acusações contra vários ativistas saarauís. Não houve execuções.**

### Antecedentes

Milhares de pessoas manifestaram-se em Rabat, Casablanca e outras cidades a 20 de fevereiro, exigindo reformas. As manifestações foram autorizadas e decorreram de forma geralmente pacífica. Os manifestantes, que pouco depois criaram o Movimento 20 de Fevereiro, pediam mais democracia, uma nova Constituição, o fim da corrupção, melhores condições económicas e melhores serviços de saúde e outros. Com a continuação dos protestos, foi criado a 3 de março um novo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que veio substituir o Conselho Consultivo dos Direitos Humanos. A 9 de março, o rei anunciou um processo de reforma constitucional, que foi boicotado pelos líderes dos manifestantes. A proposta de uma nova Constituição foi aprovada num referendo nacional a 1 de julho. Como resultado, os poderes do rei para nomear responsáveis governamentais e dissolver o Parlamento foram transferidos para o primeiro-ministro, mas o rei continuou a ser o comandante das Forças Armadas, presidente do Conselho de Ministros e a mais alta autoridade religiosa. Outras alterações constitucionais consagraram a liberdade de expressão e a igualdade entre homens e mulheres, e criminalizaram a tortura, a detenção arbitrária e os desaparecimentos forçados. Nas eleições parlamentares realizadas a 25 de novembro, o Partido da Justiça e Desenvolvimento, islamita, conquistou o maior número de lugares, e o novo governo liderado por Abdelilah Benkirane tomou posse a 29 de novembro.

Em abril, Marrocos retirou as suas reservas à CEDCM, relacionadas com a nacionalidade das crianças e a discriminação no casamento. Marrocos anunciou ainda que iria ratificar os Protocolos Opcionais à Convenção contra a Tortura e a CEDCM.

Continuaram as negociações entre Marrocos e a Frente Polisário sobre o estatuto do Saara Ocidental, sem resultado. A Frente Polisário continua a exigir a independência do território, que Marrocos anexou em 1975. A 27 de abril, o Conselho de Segurança da ONU renovou o mandato da Missão da ONU para o Referendo no Saara Ocidental sem

incluir qualquer estrutura de monitorização dos direitos humanos.

### **Repressão de dissidentes**

Embora as manifestações a favor das reformas tivessem sido geralmente pacíficas, em muitas ocasiões houve relatos de ataques das forças de segurança, que causaram a morte de pelo menos uma pessoa e muitos feridos. Centenas de manifestantes foram detidos. A maior parte foi libertada, mas alguns foram julgados e condenados a penas de prisão. As forças de segurança perseguiram alegadamente familiares de ativistas do Movimento 20 de Fevereiro e convocaram para interrogatório dezenas de ativistas que apelaram ao boicote das eleições parlamentares.

■ A 15 de maio, comícios e manifestações organizadas pelo Movimento 20 de Fevereiro em Rabat, Fez, Tânger e Témara foram dispersados à força pelas forças de segurança, que usaram bastões e pontapearam e agrediram manifestantes.

■ A 29 de maio, uma manifestação organizada pelo Movimento 20 de Fevereiro na localidade de Safi foi violentamente dispersada pelas forças de segurança. Um manifestante, Kamel Ammari, morreu dias depois devido aos ferimentos sofridos.

■ A 20 de novembro, as forças de segurança invadiram as instalações da Associação Marroquina dos Direitos Humanos na cidade de Bou-Arafa e espancaram alegadamente funcionários e jovens que se preparavam para participar numa manifestação.

### **Liberdade de expressão**

Jornalistas e outros continuaram a enfrentar acusações e penas de prisão por criticar publicamente responsáveis e instituições sociais, ou por publicarem notícias sobre assuntos politicamente sensíveis.

■ A 2 de março, o rei perdoou o oficial militar na reforma Kaddour Terhzaz, preso por ameaça à "segurança externa" de Marrocos por ter escrito uma carta ao rei a queixar-se da forma como eram tratados os antigos pilotos da força aérea.

■ A 14 de abril, o rei perdoou Chekib El Khiari, um defensor dos direitos humanos e jornalista que cumpria uma pena de três anos de prisão imposta em 2009 por ter denunciado a corrupção.

■ A 9 de junho, o editor do jornal *el-Massa*, Rachid Nini, foi condenado a um ano de prisão por divulgar "desinformação" e "ameaçar a segurança nacional". Tinha sido detido a 28 de abril na sequência da publicação de artigos criticando as práticas antiterroristas dos serviços de segurança. A sua sentença foi confirmada no recurso, em outubro.

■ Na repetição do julgamento, em dezembro, Zakaria Moumni, um praticante de kickboxing preso por fraude na sequência de um julgamento injusto, foi novamente considerado culpado e condenado a 20 meses de prisão. Foi preso em setembro de 2010, depois de ter criticado as associações desportivas marroquinas e de ter tentado encontrar-se repetidamente com o rei. A sua condenação original foi baseada numa "confissão" que ele disse ter sido obtida sob tortura.

■ A 9 de setembro, o cantor de rap Mouad Belrhoute foi preso, porque aparentemente algumas das suas canções foram consideradas ofensivas para a monarquia. O seu julgamento foi adiado várias vezes, e este continuava detido no final do ano.

### **Repressão de dissidentes – Ativistas saarauís**

Os saarauís que defenderam a autodeterminação do povo do Saara Ocidental continuaram a ser sujeitos a restrições na sua liberdade de expressão, associação e reunião, e os principais ativistas continuaram a enfrentar processos judiciais.

■ A 14 de abril, os ativistas saarauís Ahmed Alnasiri, Brahim Dahane e Ali Salem Tamek foram libertados sob fiança. Estavam detidos desde 8 de outubro de 2009 e ainda enfrentam a acusação, juntamente com outros quatro ativistas saarauís, de ameaçar a "segurança interna" de Marrocos através das suas atividades pacíficas e da defesa da autodeterminação do Saara Ocidental.

■ Cerca de 23 saarauís continuaram detidos na Prisão de Salé, a aguardar um julgamento injusto perante um tribunal militar pelo seu alegado envolvimento na violência do final de 2010 no acampamento de protesto de Gdim Izik, nos arredores de Laayoune. No final de outubro, os detidos iniciaram uma greve de fome para protestar contra as condições prisionais e a sua detenção prolongada sem julgamento. No final do ano, ainda não tinham sido trazidos perante a justiça.

Não foi realizada qualquer investigação imparcial e independente ao sucedido em Gdim Izik e em Laayoune em novembro de 2010, quando as forças de segurança marroquinas demoliram o acampamento de protesto saarauí, dando origem a uma onda de violência em que morreram 13 pessoas, incluindo 11 membros das forças de segurança.

### **Tortura e outros maus-tratos**

Continuaram os relatos de tortura e outras formas de maus-tratos de detidos, principalmente por parte da Diretoria para a Vigilância do Território, visando principalmente suspeitos islamitas e membros do Movimento 20 de Fevereiro. Os detidos continuaram a ser mantidos em regime de incomunicabilidade, nalguns casos alegadamente para além dos 12 dias permitidos por lei.

■ A 16 e 17 de maio, reclusos condenados por crimes relacionados com o terrorismo amotinaram-se na Prisão de Salé em protesto contra os julgamentos injustos a que foram sujeitos e contra a utilização de tortura no centro de detenção secreta de Témara. Os reclusos entraram em confronto com os guardas, mantendo alguns como reféns durante um breve período, antes de as autoridades prisionais terem usado munições reais para esmagar o motim. Vários reclusos ficaram feridos.

■ No final de maio, o cidadão Mohamed Hajib, de dupla nacionalidade marroquina e alemã, a cumprir uma pena de 10 anos de prisão, precisou de tratamento hospitalar após ter sido violentamente espancado e ameaçado de violação pelos guardas da Prisão de Toulal, em Meknes, para onde tinha sido transferido após participar nos motins da Prisão de Salé.

### **Combater o terrorismo e segurança**

A 28 de abril, 17 pessoas, na sua maior parte turistas estrangeiros, foram mortas e dezenas de outras ficaram feridas na explosão de uma bomba num café de Marraxquexe. Ninguém reivindicou o atentado, mas as autoridades atribuíram a responsabilidade à Al-Qaeda do Magrebe (AQIM), o que foi negado pelo grupo.

■ Adel Othmani foi condenado à morte em outubro pela autoria do atentado contra o café de Marraquexe.

Cinco homens condenados por crimes relacionados com o terrorismo no âmbito do caso da "Célula Belliraj", em julho de 2009, foram libertados ao abrigo de um perdão real decretado a 14 de abril. O seu caso tinha sido marcado por irregularidades processuais, incluindo a recusa em investigar as alegações de tortura feitas pelos acusados.

### **Justiça transicional**

As autoridades não implementaram importantes recomendações feitas pela Comissão de Equidade e Reconciliação no seu relatório de novembro de 2005. As vítimas continuaram a não ter acesso efetivo à justiça pelas graves violações dos direitos humanos cometidas entre a independência de Marrocos em 1956 e a morte do rei Hassan II em 1999.

### **Pena de morte**

Os tribunais marroquinos continuaram a condenar à pena de morte. A última execução ocorreu em 1993. Cinco prisioneiros no corredor da morte viram as suas sentenças serem comutadas para penas de prisão, ao abrigo da amnistia emitida pelo rei em abril.

### **Campos da Frente Polisário**

A Frente Polisário não tomou medidas para acabar com a impunidade dos acusados de cometer violações dos Direitos Humanos nos seus acampamentos de Tindouf, na região argelina de Mhiriz, nos anos 70 e 80.

Em outubro, três trabalhadores humanitários – uma italiana, uma espanhola e um espanhol – foram sequestrados por um grupo armado num campo de refugiados da Polisário. Até ao final do ano ainda não tinham sido libertados.

### **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

📄 Moroccan authorities criticized for cracking down on Témara protests (MDE 29/004/2011)

📄 Morocco: Investigate torture allegations (MDE 29/008/2011)